

ATA NÚMERO 219/XIII/3.^a SL

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de 2018, pelas 18:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação da atas n.º 212 a 218;**
- 2. Apresentação do Relatório final Petição 462/XIII/3^a - "Dedução no IRS do valor pago a empregadas domésticas.";**
- 3. Discussão e votação do relatório sobre a COM(2018)391 - "Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece o programa de apoio às reformas"; Autora: Inês Domingos (PSD)**
- 4. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 123/XIII/3.^a (GOV) - "Autoriza o Governo a aprovar um novo regime jurídico dos serviços de pagamento de moeda eletrónica, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2366.";**
- 5. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 131/XIII/3.^a (GOV) - "Altera a Lei das Finanças Locais";**
- 6. Deliberação sobre as auditorias a realizar no âmbito nos termos do n.º 4 do art.º 62 da lei do Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2017;**
- 7. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição nº 525/XIII/3^a - "Solicitam a criação de legislação que esclareça o que é que corresponde a um «serviço efetivamente prestado» para efeitos da Lei n.º 66/2015, de 6 de julho, bem como a definição de critérios de atualização de comissões bancárias"; Cabe ao GP BE**
- 8. Designação de autor de parecer aos Projetos de Lei n.º 948/XIII/3.^a (CDS-PP) - "Alteração ao Código Fiscal do Investimento, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro, alterado pela Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro" -,**

949/XIII/3.^a (CDS-PP) - "Cria uma tabela especial de taxas de IRS para os contribuintes residentes em territórios do interior, procedendo à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro" -, 950/XIII/3.^a (CDS-PP) - "Benefícios fiscais relativos à instalação de empresas em territórios do interior, procedendo à alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 215/89, de 1 de julho" - e 951/XIII/3.^a (CDS-PP) - "Dedução de encargos com transportes para os contribuintes residentes em territórios do interior, procedendo à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro"; Cabe ao GP PSD

9. Designação de autor de parecer ao Projeto de Lei n.º 955/XIII/3.^a (PEV) - "Repõe a taxa de 6% do IVA para a entrada em espetáculos de arte e cultura"; Cabe ao GP PS

10. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 808/XIII/3.^a (PCP) - "Norma transitória relativa à aplicação do n.º 2 do Artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto"; Autor: Jorge Paulo Oliveira (PSD)

11. Designação do representante da COFMA à Reunião interparlamentar da Comissão ECON "Debate do projeto de relatório do PE sobre a coordenação das políticas económicas e implementação das prioridades para 2018", 9 de outubro de 2018;

12. Outros assuntos.

1. Aprovação da atas n.º 212 a 218;

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) solicitou uma clarificação relativamente à decisão tomada no âmbito do ponto 5 da OD da reunião de 11.07, constante da ata n.º 215, tendo a Senhora Presidente esclarecido que, não tendo havido propostas de alteração à ata da reunião de Mesa de Coordenadores, a mesma se consideraria aprovada.

Após confirmação da correção das gralhas identificadas pelos GP do PCP e do PSD no texto da ata n.º 215, todas as atas foram aprovadas por unanimidade.

2. Apresentação do Relatório final [Petição 462/XIII/3ª](#) - "Dedução no IRS do valor pago a empregadas domésticas.";

A Senhora Presidente deu conhecimento das conclusões do Relatório final desta Petição, fazendo também menção à resposta enviada pelo Ministério das Finanças. Concluiu dando nota da tramitação subsequente, nomeadamente de que será dado conhecimento deste relatório ao PAR, aos GP, bem como ao Peticionário.

3. Discussão e votação do [relatório sobre a COM\(2018\)391](#) - "Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece o programa de apoio às reformas";

A Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) apresentou o relatório, na qualidade de autora. Sublinhou que o relatório inclui, no ponto III, a opinião da relatora. A Senhora Deputada Margarida Marques (PS) cumprimentou a Deputada relatora tendo também aproveitado para tecer algumas considerações sobre esta proposta de Regulamento.

Posto à votação, o relatório foi aprovado com a abstenção do PCP, o voto contra do BE e os votos favoráveis do PSD e PS.

4. Fixação da redação final da [Proposta de Lei n.º 123/XIII/3.ª \(GOV\)](#) - "Autoriza o Governo a aprovar um novo regime jurídico dos serviços de pagamento de moeda eletrónica, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2366.";

A Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) pediu a palavra para informar que, concordava com todas as propostas da DAPLEN, com a exceção da referente ao Título da iniciativa. Mais disse que a sua formulação suscitava algumas dúvidas, nomeadamente por incluir a referência à Diretiva 2009/110/CE, que já foi transposta.

No mesmo sentido interveio o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) que apresentou a seguinte proposta de alteração à redação do Título: *"Autoriza o Governo a regular o acesso à atividade das instituições de pagamento e instituições de moeda eletrónica, bem como a prestação de serviços de pagamento e emissão de moeda eletrónica, no âmbito da transposição da Diretiva*

(UE) 2015/2366, do Parlamento Europeu e Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa aos serviços de pagamento no mercado interno, que altera as Diretivas 2002/65/CE, 2009/110/CE e 2013/36/UE e o Regulamento (UE) n.º 1093/2010, e que revoga a Diretiva 2007/64/CE.”.

Após alguma troca de opiniões entre os Deputados sobre a formulação mais adequada para o Título desta iniciativa, reuniu consenso aquela redação proposta pelo PS.

A Comissão aceitou todas as sugestões da DAPLEN, sem votos contra, com exceção do Título da iniciativa, cuja redação foi deliberado alterar, conforme proposta do PS acima mencionada.

5. Fixação da redação final da [Proposta de Lei n.º 131/XIII/3.ª \(GOV\)](#) - "Altera a Lei das Finanças Locais";

Após declarar aceitar – assim como os restantes GP - todas as propostas da DAPLEN, o PS apresentou outras sugestões de redação final, que foram, igualmente, aceites. O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) apresentou uma proposta de alteração da fórmula constante do n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que foi também aceite.

6. Deliberação sobre as auditorias a realizar no âmbito nos termos do n.º 4 do art.º 62 da Lei do Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2017;

Este ponto da OD foi adiado para a próxima reunião. O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) pediu para enviar o quadro com as auditorias dos anos anteriores e o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) solicitou que se pedisse um ponto da situação das auditorias em falta. A Senhora Presidente notou que, apesar de o mesmo ter sido solicitado há relativamente pouco tempo, voltaria a insistir no assunto.

7. Apreciação da Nota de Admissibilidade da [Petição n.º 525/XIII/3.ª](#) - "Solicitam a criação de legislação que esclareça o que é que corresponde a um «serviço efetivamente prestado» para efeitos da Lei n.º 66/2015, de 6 de julho, bem como a definição de critérios de atualização de comissões bancárias";

Foi designada relatora da petição a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE).

8. Designação de autor de parecer aos Projetos de Lei n.º [948/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - "Alteração ao Código Fiscal do Investimento, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro, alterado pela Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro" -, [949/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - "Cria uma tabela especial de taxas de IRS para os contribuintes residentes em territórios do interior, procedendo à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro" -, [950/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - "Benefícios fiscais relativos à instalação de empresas em territórios do interior, procedendo à alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho" - e [951/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - "Dedução de encargos com transportes para os contribuintes residentes em territórios do interior, procedendo à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro";

A Senhora Presidente propôs – e foi aceite - que o parecer destas iniciativas legislativas seja efetuado conjuntamente com o dos Projetos de Lei n.º 945 a 947/XIII/3.ª (CDS-PP). Foi nomeado autor do parecer conjunto o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD).

9. Designação de autor de parecer ao [Projeto de Lei n.º 955/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - "Repõe a taxa de 6% do IVA para a entrada em espetáculos de arte e cultura";

O PS indicou o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira.

10. Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 808/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - "Norma transitória relativa à aplicação do n.º 2 do Artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto";

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) apresentou o parecer por si elaborado, tendo sido cumprimentado pelo Senhor Deputado Paulo Sá (PCP). O parecer foi aprovado por unanimidade.

11. Designação do representante da COFMA à Reunião interparlamentar da Comissão ECON "Debate do projeto de relatório do PE sobre a coordenação das políticas económicas e implementação das prioridades para 2018", 9 de outubro de 2018;

Este ponto da OD foi adiado.

12. Outros assuntos.

Relativamente à delegação da AR a Viena, entre 16 e 18 de setembro, à Conferência sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na União Europeia, o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) declarou que o PSD indicaria ainda nesta semana o nome do Deputado que, da parte do PSD, representaria a COFMA nesta conferência.

Foi ainda deliberado aprovar, sem votos contra, a redação final da fusão entre os Projetos de Resolução n.º [1653/XIII/3.ª \(PSD\)](#) e [1703/XIII/3.ª \(PCP\)](#).

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) perguntou à Senhora Presidente se recebeu resposta do Presidente da CGD à questão da auditoria pedida pelo PSD, ao que a Senhora Presidente respondeu que distribuiria a mesma assim que chegasse.

A Senhora Presidente informou ainda que a audição com o Senhor secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, sobre o Relatório e o Plano de combate à fraude e evasão fiscais e aduaneiras estava já marcada para o dia 19 de setembro.

A reunião foi encerrada às 19:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de julho de 2018

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)

Reunião de 25 de julho de 2018

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Fernando Anastácio
Hortense Martins
Inês Domingos
Jamila Madeira
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Margarida Balseiro Lopes
Margarida Marques
Mariana Mortágua
Nuno Sá
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Teresa Leal Coelho
Cristóvão Norte
Jorge Gomes
Jorge Paulo Oliveira
Ulisses Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Ventura
João Galamba
Sara Madruga da Costa